

EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO Nº : **0066294-32.2000.8.19.0001.**

AÇÃO : BUSCA E APREENSÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS.

AUTOR : ESPÓLIO DE CLEO CURIO BENTES COLLARES

RÉU : ROBERTO MANOEL SILVEIRA.

CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA, economista, devidamente registrado no CORECON-RJ, sob o n.º 20.075, Perito nomeado por este Juízo para atuar no supracitado processo, vem apresentar o Laudo Pericial, de acordo com fls. 1.621 e em resposta aos quesitos da Autora às fls. 1.086/1.087 (indexado às fls. 1.181/1.182) e do Réu às fls. 1.084 (indexado às fls. 1.179), solicitando a V. Exa. a juntada do mesmo aos autos.

Pelo exposto, **venho requerer a V. Exa. a expedição do competente Mandado de Pagamento** de meus honorários profissionais consignados nas contas judiciais números 1900111202839 e 4400122309108, conforme comprovantes de fls. 1.329 e fls. 1.638.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2018.

CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA

ECONOMISTA

1ª. REGIÃO / RJ - 20.075 CORECON

CPF: 813.465.657-91

Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças - CNPEF Nº 140 - COFECON

Membro da Associação dos Peritos Judiciais
do Estado do Rio de Janeiro.

LAUDO

PERICIAL

I - DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS :

Com a finalidade principal de informar e trazer elementos elucidativos, capazes de permitir um perfeito entendimento da controvérsia que envolve a parte fática da matéria em questão, elaborei o presente Laudo Pericial examinando, minuciosamente, toda a documentação disponível.

II - OBJETO :

Trata-se de uma Ação de Busca e Apreensão/Prestação de Contas, na qual as representantes da Autora requerem que o Réu preste contas no período a partir do mês de abril de 1996 até o mês de abril de 2000, referente a gestão financeira da Sra. Cleo Curio Bentes Collares, apontando, detalhadamente, todas as receitas e as despesas no período, com os fornecimentos dos respectivos documentos contábeis que fundamentam(aram) os débitos e os créditos do período.

III - HISTÓRICO :

“ A Autora em sua inicial de fls. 02/06, relata que após o falecimento do seu cônjuge, o Réu passou a gerir/administrar os bens da Autora.

Afirma que o Réu nunca prestou contas da sua administração, retendo, inclusive, cartões bancários e de benefícios. Cita, também, que o Réu apropriou-se, indevidamente, de valores relativos a vendas de imóveis. ”

“ O Réu em sua Contestação de fls. 45/52, indexada às fls. 55/62, afirma que não assiste razão à Autora, em virtude do que devem ser julgados integralmente improcedentes seus pedidos. ”

“ A r. Sentença proferida às fls. 635/642, indexada às fls. 697/704, o M.M. Juízo condenou o Réu: “ (...)prestar as contas pedidas no prazo de 48 horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar aquelas que a parte Autora apresentar, na forma do Artigo 915,§ 2º do CPC.(...) ”.”

“ O Réu no petitório de fls. 827/1.044, indexado às fls. 904/1.126, apresentou a sua prestação de contas. ”

“ A parte Autora às fls. 1.053/1.054, indexado às fls. 1.137/1.138 impugnou a contas ofertadas pelo Réu, alegando que as mesmas “(...) não se apresentam em forma contábil e nem mesmo os documentos comprobatórios, nelas estão inseridos”.

“ Na r. Decisão de fls. 1.148, indexado às fls. 1.250, foi deferida o requerimento de produção de prova pericial, tendo minha nomeação ocorrido às fls. 1.621. ”

**IV - QUESITOS DA AUTORA - Fls. 1.086/1.087
INDEXADO ÀS FLS. 1.182/1.181:**

Quesito 1

“ Queira a Senhora Perita compulsar a relação dos documentos trazidos aos autos nas respectivas folhas, para verificação das contas, a saber: ”

Quesito 1.1

“ Do serviço de Inativos e Pensionistas do Ministério do Exército, Comando Militar do Leste - Iº Reg. Militar, referente a data que foi concedida a pensão . a Sra. Cleo Curio Bentes Collares, como viúva de General de Brigada Joaquim José Rodrigues Bentes Collares, até a data dos pagamentos que lhe foram fixados pessoalmente, às fls.124 e seguintes; ”

Resposta : Tais verbas remuneratórias foram consideradas pela Perícia no Anexo de nº 01 do presente Laudo Pericial.

Quesito 1.2

“ Do Posto de Benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, agência mº17.7.04.002, referente a data em que foram concedidos os benefícios de nºs 102962933-9 e 045309688-3 dos segurados Joaquim José Rodrigues Bentes Collares e Aloisio Curio Bentes Collares, até a data dos pagamentos que lhe foram fixados pessoalmente, às fls.172/176; ”

Resposta : Tais verbas remuneratórias foram consideradas pela Perícia no Anexo nº 01 do presente Laudo Pericial.

Quesito 1.3

“ Da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, referente a data em que foi concedida a suplementação de pensão à Sra. Cléo Curio Bentes Collares, matrícula nº 55.001.011-4, como viúva do Sr. Joaquim José Rodrigues Bentes Collares, e qual o montante dos proventos pagos até a data dos pagamentos que lhe foram fixados pessoalmente, às fls.157/158; ”

Resposta : Ver a resposta ofertada ao quesito anterior.

Quesito 2

“ Queira a Senhora Perita trazer aos autos os documentos anexados às fls.13 e 14, da petição inicial, no qual estão mencionados os valores recebido pela Autora nos imóveis de sua propriedade à Rua Nascimento e Silva nº 136, em Ipanema, e à rua Ipanema nº197, em Jacarepaguá; ”

Resposta : As verbas oriundas das vendas dos imóveis supracitados foram consideradas na elaboração da Prestação de Contas executadas por este Expert.

Salientamos, que conforme documento de fls. 1.071, indexado às fls. 1.163, a Sra. Cléo Curio Bentes Collares doou ao Réu a quantia de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), montante arrecadado com a venda do apartamento nº 1.303, sito a Rua Ipanema, nº 197.

Quesito 3

“ Queira a Senhora Perita informar mais ao Juízo, quaisquer outros esclarecimentos e procedimentos que se fizerem necessários para os objetivos da demanda proposta. ”

Resposta : Vide, ainda, as respostas dos quesitos formulados pelo Réu e a Conclusão do Laudo Pericial.

V - QUESITOS DO RÉU - Fls. 1.084
INDEXADO ÀS FLS. 1.179:

Quesito 1

“ Queira a Sra. Perita dizer quais rendimentos teve a autora de 16/04/1996 a 30/04/2000 de acordo com os documentos juntos aos autos; ”

Resposta : Queira reportar-se ao Anexo de nº 01, no qual discriminamos todas as receitas e as despesas obtidas com base nas documentações acostadas à presente demanda.

Quesito 2

“ Queira a Sra. Perita informar quais gastos teve a autora no mesmo período, ou seja, de 16/04/1996 a 30/04/2000; ”

Resposta : Vide a resposta ofertada ao quesito anterior.

Quesito 3

“ Queira a Sra. Perita dizer se são razoáveis as estimativas de gastos com alimentação e remédios apresentados pelo réu relativos ao referido período; ”

Resposta : Dentre as orientações que norteiam a elaboração de uma Prestação de Contas, está a determinação do NCPC, de que as contas devem ser apresentadas de forma mercantil e acompanhadas da documentação comprobatórias.

Nas contas apresentadas pelo Réu às fls. 827/1.044, indexado às fls. 904/1.126, verificamos que os gastos com alimentação e os medicamentos foram obtidos por estimativa.

Não ocorreu o fornecimento de documentos de suporte (notas fiscais/recibos) que comprovassem, do ponto de vista técnico/financeiro as operações destes itens.

Ressaltamos, que é evidente que no período da gestão financeira do Réu, ocorreram dispêndios com compras de alimentos/refeições e os remédios (face a idade avançada da Autora).

Quesito 4

“ Queira a Sra. Perita dizer se a autora mantinha como dependente declarada no imposto de renda a Sra. Leonídia Bentes R. Collares; ”

Resposta : Sim. Na declaração de Imposto de Renda, a Sra. Leonídia Bentes R. Collares constava como dependente da Autora.

Quesito 5

“ Queira a Sra. Perita dizer se o Réu continuou a pagar as despesas da Sra. Leonidia Bentes R. Collares após 30/04/2000; ”

Resposta : Sim. Com base nos documentos acostados aos autos, verificamos que o Réu continuou realizando pagamentos para a Casa São Luiz Para Velhice, aportes estes, destinados a internação da Sra. Leonídia Bentes R. Collares.

Quesito 6

“ Queira a Sra. Perita dizer quanto o Réu deve à Autora; ”

Resposta : Queira reportar-se ao Anexo nº 01 e na Conclusão do Laudo Pericial, nas quais procedemos a elaboração da Prestação de Contas, indicando, ainda, o saldo final obtido por este Expert mediante as sistemáticas financeiras adotadas.

Quesito 7

“ Que mais interessa a presente perícia? ”

Resposta : Vide a Conclusão do Laudo Pericial.

VII - CONCLUSÃO :

Trata-se de uma Ação de Prestação de Contas, na qual a parte Autora obteve que o Réu preste conta de sua gestão no período a partir do mês de abril de 1996 até o mês de abril de 2000.

Na r. Sentença proferida às fls. 635/642, indexada às fls. 697/704, o M.M. Juízo condenou o Réu a: " (...) prestar as contas pedidas no prazo de 48 horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar aquelas que a parte Autora apresentar, na forma do Artigo 915, § 2º do CPC. (...) ".

A Perícia foi realizada e baseada nos dados e nas informações expressas nos documentos acostados aos autos. Desde já, informamos que na eventualidade de fornecimentos de novos elementos probatórios, procederemos, prontamente, o exame dos mesmos e caso seja necessário, realizaremos os ajustes devidos.

O Artigo 917 do Código de Processo Civil fixa que "as contas, assim do autor como do réu, serão apresentadas em forma mercantil, especificando-se as receitas e a aplicação das despesas, bem como o respectivo saldo; e serão instruídas com os documentos justificativos."

O Réu às fls. 827/1.044, indexado às fls. 904/1.126, apresentou a sua Prestação de Contas anexando diversos documentos aos autos.

A Prestação de Contas elaborada pelo Réu indica a existência para o dia 30 de abril de 2000, de um SALDO CREDOR em favor da Autora no valor de R\$ 89.805,52 (oitenta e nove mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos), equivalente a 83.392,93 UFIR-R.J..

Examinado as contas prestadas pelo Réu, verificamos os seguintes eventos:

- Lançamentos de despesas com medicamentos, manutenção do(s) imóvel(eis) e alimentação sem apresentação de documentos de suporte técnico/financeiro (notas fiscais/recibos) que expressassem tais dispêndios;

- Os apontamentos com medicamentos e a alimentação foram obtidos com base em uma estimativa de gastos; e

- As ocorrências com manutenções do(s) imóvel(eis) foram expressas através de declarações de profissionais liberais. Todavia, entendemos que as mesmas não refletem, do ponto de vista técnico/financeiro, documento comprobatório para essas despesas.

Ao procedermos à apuração da Prestação de Contas apresentada pelo Réu, considerando os documentos acostados aos

autos, observando, ainda, os eventos supracitados, verificamos que em 24 de setembro de 2007, data da última ocorrência analisada, o SALDO CREDOR em favor da Autora montaria em R\$ 190.217,26 (cento e noventa mil, duzentos e dezessete reais e vinte e seis centavos), quantia esta correspondente a 192.360,77 UFIR-R.J., conforme discriminado no Anexo nº I do Laudo Pericial. Entretanto, apesar da ausência de documentos de suporte por parte do Réu e relativos às despesas com alimentação, medicamentos e manutenção(ões) do(s) imóvel(eis), entendemos que tais ocorrências são plausíveis, visto que a Autora no curso do período em estudo seria imputada de tais despesas.

Deste modo, ao deduzirmos do valor da Prestação de Contas os valores indicados pelo Réu e relativos às despesas com alimentação, medicamentos e manutenção(ões) do(s) imóvel(eis), apuramos que no dia 24 de setembro de 2007, o SALDO CREDOR da Autora totalizaria a quantia de R\$ 129.848,34 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos), equivalente a 135.348,40 UFIR-R.J., conforme discriminado no Anexo de nº II do Laudo Pericial.

Nada mais havendo a responder ou a considerar, encerro o presente Laudo Pericial, resultado do trabalho desenvolvido, o qual contém 15 (quinze) Laudas e 2 (dois) Anexos, sendo todas as folhas numeradas e assinadas eletronicamente.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Exa. protestos de elevada estima e distinta consideração e apresento sinceros votos de apreço ao honroso mandado, ora cumprido, e reitero minha disponibilidade ao MM. Juízo.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2018.

CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA

ECONOMISTA

1ª. REGIÃO / RJ - 20.075 CORECON

Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças - CNPEF Nº 140 - COFECON

Membro da Associação dos Peritos Judiciais
do Estado do Rio de Janeiro.